

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES:

CONEXÕES HISTÓRICAS

XVIII COLÓQUIO DE HISTÓRIA,
VIII COLÓQUIO DO PPGH

PERNAMBUCANOS



Escola de Educação,
Humanidades, Direito,
Economia e Gestão

PO-REITORIA DE PESQUISA
PO-GRADUAÇÃO E INovação

PPGH
ANÁLISES COTIDIANAS

BR RJANRIO JU.CAI.0.74201006
F 1
RÚBLICO
NACIONAL
da Villa de Santo
do Rio de Janeiro

REPRESENTAÇÕES DO CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NA REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (1924)

Giliard Oliveira Veríssimo De Lima
Graduando Em Licenciatura Plena Em História
Universidade Federal Rural De Pernambuco
giliardverissimo@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa as representações do centenário da Confederação do Equador na revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano de 1924. O foco recai sobre a festa comemorativa, que não apenas celebra um evento histórico, mas também constrói uma narrativa de identidade regional. Através da análise dos textos e imagens, observamos como a memória política da época se entrelaça com a celebração, refletindo tensões entre os ideais republicanos e a busca por uma identidade pernambucana. A festa emerge como um espaço de reafirmação cultural, onde se celebra a resistência e a luta pela autonomia, ao mesmo tempo em que se busca legitimar um passado que dialoga com os anseios do presente. Assim, a pesquisa revela a importância da memória na construção da identidade local e na formação do discurso político.

Palavras-chave: Confederação do Equador, identidade, memória política.

Em 1924, Recife celebrou o Centenário da participação de Pernambuco na Confederação do Equador. No contexto de um Brasil republicano, as lembranças desse evento, que defendia um projeto político de caráter federalista, ganharam novo impulso, resultando em diversas interpretações. A atuação de Pernambuco no movimento foi resgatada como um marco referencial na história local, onde as batalhas enfrentadas pelos participantes foram exaltadas como símbolo da bravura dos pernambucanos que se opuseram às medidas autoritárias do Imperador D. Pedro I. Ao longo do processo de construção dessas narrativas sobre o evento político, alguns protagonistas foram consagrados como ícones representativos de uma coletividade, identidade e memória política, simbolizando a determinação na defesa dos ideais que nortearam a Confederação do Equador.

1. Às Mobilizações do IAHGPE na Comemoração do Centenário da Confederação do Equador.

Antes de abordar as memórias da Confederação do Equador em Pernambuco, especialmente as ações realizadas durante o centenário do movimento, é pertinente fazer algumas considerações históricas sobre aquele acontecimento político ocorrido em 1824. Embora a Proclamação da Independência do Brasil tenha se dado em 1822, o processo que levou a esse marco teve início anos antes. Para muitos, a chegada da família real ao Brasil, em 1808, provocou um ambiente de transformações nas estruturas políticas e sociais, levando, gradualmente, os grupos políticos locais a promoverem o debate em torno da ideia de independência(Costa, 2010.). A presença da família real no Rio de Janeiro favoreceu o desenvolvimento daquela região, e os grupos políticos, pela sua proximidade com a coroa, buscavam estabelecer uma sólida aliança política. Contudo, a força econômica do Brasil ainda se concentrava na região Norte/Nordeste.

Dessa forma, as elites agrárias do Norte/Nordeste arcaram com os custos da nobreza portuguesa, gradualmente perdendo sua autonomia financeira e não recebendo qualquer benefício político em contrapartida. Desde o final do século XVIII, novos modelos políticos começaram a ganhar destaque no Ocidente, muitos deles centrados na elaboração de constituições nacionais. Com a criação de uma Carta Magna, a ideia era que a vontade de uma corte de nobres não prevalecesse, e que todos os cidadãos estivessem sujeitos às leis que regulamentavam a organização do Estado.

Desde o período colonial, os sentimentos regionais já eram predominantes. A colônia portuguesa foi organizada em Capitanias, que mantinham uma certa autonomia. Mesmo com a implementação de um governo-geral com sede na Bahia, não se consolidou um sentimento de unidade no Brasil. Após a Proclamação da Independência, essa percepção regional continuou a se manifestar, ainda por um longo período, como apontou Sérgio Buarque de Holanda. As medidas políticas lançadas do Rio de Janeiro, assim, teriam servido mais para aquecer os debates e ressaltar tais divergências regionais. O acirramento dessas disputas pode ser verificado com a “Revolução de 1817”, que ficou conhecida pela sua marca Republicana, no entanto, a partir da análise de Evaldo Cabral de Mello, “mais do que a república, a independência foi o verdadeiro motor de Dezessete, e sob este aspecto ele também se incompatibilizou com a aspiração de constitucionalizar o Império luso-brasileiro”.

No momento histórico de um Brasil Republicano, onde novas identidades sendo criadas, as memórias do centenário como ferramentas do passados dão novos fôlegos e projeções para um futuro político, assim como novas interpretações são concebidas, Eric Hobsbawm apontou que esses momentos de comemoração surgiram entre o “centésimo aniversário da Revolução Americana (1876) e o da Revolução Francesa (1889)”. Uma particularidade é facilmente destacada, no espaço de cem anos entre um evento e sua celebração, é possível traçar uma comparação entre períodos distintos. Dois momentos históricos diferentes emergem em uma festividade, criando possíveis conexões de continuidade ou divergência, além de avanços e retrocessos ao longo do tempo.

A Proclamação da República nos seus anos iniciais gerou certo clima de desconfiança, a ideia de republicanizar a república, fomentou uma ordem que comandaria as comemorações do centenário da independência(Motta, 1992). Assim como influenciará nas comemorações dos respectivos centenários da confederação do Equador no Norte/Nordeste, germinando novas raízes republicanas na sociedade brasileira, destacando como o novo regime é melhor que o regime monárquico; a esta missão social, caberia um grupo de intelectuais criar um saber próprio nacional. A iniciativa partiu semelhantemente em vários localidades do brasil, que em pernambuco partiu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano onde seus

membros tiveram o apoio do Estado de forma financeira e logística, apesar de ser uma instituição, essencialmente de cunho científico, existiam-se ligações dos seus associados em participações ativamente nas tramas políticas da época.

As comemorações do centenário continham uma dualidade social, pois conferia os princípios republicanos, que se restringia ao âmbito das elites, que faziam partes de seus discursos, uma maior inclusão dos setores populares na vida pública, buscando assim legitimar o novo regime, embora na prática isso não se concretizasse; o Estado serviu-se do centenário para reafirmar o seu discurso republicano, no sentido de na festividade usar os símbolos, os desfiles cívicos como ferramentas pedagógicas para engendrar na sociedade, os novos moldes e interesses políticos. Para reafirma a dualidade cabia às mobilizações do IAHGPE, estarem concentradas nos heróis escolhidos que serviram de linguagem com a sociedade, a liturgia que aconteceria no instituto como os símbolos que configurariam representações para todo um coletivo, e viabilizaria as ligações com o passado do evento, durante a análise da revista de edição comemorativa do IAHGPE, percebe-se um cuidado nos espaços que iriam receber as comemorações, também no simbolismo dos objetos escolhidos e a liturgia da festa.

As mobilizações tiveram seus relatos registradas pelos periódicos, que serviram como uma ótica externa da revista do IAHGPE, pois no tecido político e nacional que permeava os anos iniciais da república, as elites tinham a concepção dos prestígios que os centenários poderiam alcançar na sociedade, assim como na geopolítica nacional, as figuras heroicas do período monárquico, serviriam para os institutos históricos como um elo de representações republicanas e identitárias; o que se percebeu nos discursos dos institutos, nessa época, é que buscavam uma forma de homogeneizar sua narrativa histórica, construindo a nação a partir da glorificação de seus heróis e pais fundadores. Tal processo se daria conformando o passado monárquico, às demandas e expectativas de um projeto de construção da memória republicana, que naquele momento, na década de vinte, aproveitaria a ocasião propícia dos centenários da independência e da Confederação do Equador para consolidar tal empreendimento em alguns estados.(Referência depois). Em Pernambuco, além do centenário da Confederação do Equador, comemoraram o centenário da revolução pernambucana; que na sua objetividade, as comemorações tinham o intuito de colocar

os acontecimentos em solo pernambucano como referenciais para uma semente republicana brasileira.

Na prática o IAHGPE, teve a necessidade de nos seus centenários a missão, de não somente criar uma memória republicana com base nos seus interesses elitistas políticos, como também diluir os prestígios que a Conjuração Mineira representada na pessoa de Tiradentes trouxe para o seu respectivo estado de Minas Gerais, e como precursores da nacionalidade brasileira.(referência depois). Tal visão defendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o IAHGPE reivindicava argumentando os prenúncios da nacionalidade do país já estavam presentes nas ações dos heróis que teriam lutado pela Restauração do jugo batavo, no século XVII, na Guerra dos Mascates, no XVIII, e no movimento de 1817.

Havia alguma aceitação em relação às reivindicações memoriais provindas dos grupos políticos de outras regiões. Reconhecia-se a importância de perfilhar os feitos de Pernambuco, os de São Paulo, os de Minas Gerais, os do Rio Grande do Sul, etc. Mas, era preciso respeitar, em primeiro lugar, os interesses do Estado e as demandas provindas dos grupos políticos das regiões mais influentes do país. Os símbolos e heróis provindos dos vários estados da Federação teriam espaço à medida que pudessem ser conformados num projeto de construção de um ideal nacional, cujos grandes árbitros seriam o Estado e os seus aliados.

Em Pernambuco através das movimentações de atores políticos coligados ao IAHGPE, que tiveram participações e presença no centenário da Confederação do Equador, mediante a requerimentos, como os deputados Gomes Porto e Souto Filho, sendo os mesmo do Partido Conservador Republicano, que segundo os periódicos do Diário de Pernambuco da década de 20, mostram suas participações em outras festividades de prestígios e interesses políticos, no mesmo âmbito o próprio deputado Souto Filho foi o criador de um projeto que foi aprovado, relacionado ao centenário da Confederação do Equador. Assim como os periódicos mostram um requerimento do senador Abdias Neves, para criação de monumentos aos heróis da Confederação do Equador; o senador motiva seu requerimento pela proximidade do centenário da Confederação do Equador, que cujo o movimento trilhou o destino político da nação, assim como resguardar as tradições cívicas que fazem a nacionalidade do povo; o

requerimento foi aprovado com uma quantia de 20:000\$ e créditos ao estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, com a garantia de que poderia liberar créditos para esta lei ser cumprida; a criação de monumentos onde os mártires da confederação morreram não é somente um efeito de praxe, devidos a outros monumentos criados para o centenário da independência e para conjuração mineira, o do centenário da confederação entraria no panteão cívico nacional, cujo ambiente estava em disputa pelos estados do Norte/Nordeste. Assim a criação de monumentos ou práticas semelhantes para o centenário teria uma importância na memória pedagógica da festa, como explica Fernando Catroga:

“Todo o signo funerário, explícita ou implicitamente, remete para o túmulo (recordese que signo deriva de sema, pedra tumular). Pode então concluir-se que, se o túmulo tem por tarefa devorar e digerir o cadáver, por outro lado, ele é constituído por uma sobreposição de significantes (cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia, etc.) que induz metaforicamente à aceitação da incorruptibilidade do corpo, elevando-se a “metonímia real, num prolongamento sublimado, mas real, da sua carne”. CATROGA, Fernando. O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. p. 15.

Nos estados que produziram comemorações para o centenário, somente Pernambuco não teve a criação dos monumentos para os mártires da Confederação do Equador por motivos que os projetos que se lançaram como concorrentes, sendo eles dois, foram negados pela comissão que estava encarregada do centenário.

A não criação dos monumentos, não foram o bastante para tosquejar as mobilizações do Instituto para as comemorações, com a autorização do então governador do estado na época o dr. Sérgio Loreto para qualquer tipo de ajuda, a fim de conseguir o brilhantismo do centenário da confederação de fato acontecer, e em conjunto com o IAHGPE para o centenário ter o seu destaque nacional foram necessárias medidas e projetos serem discutidos e aprovados. Nos próximos parágrafos iremos refletir a conjuntura política que mobilizou e de que forma essa mobilização foram feitas com seus significados entrelaçados nas comemorações do centenário.

Um ano antes o IAHGPE reuniu-se inúmeras vezes para discutir como seria a comemoração; a primeira atitude foi tornar o governador do estado Sérgio Loreto, um sócio benfeitor do instituto, tal atitude que implicaria uma maior aproximação dos conservadores republicanos a elite recifense e nacional; visto que o centenário seria as portas para realocar pernambuco na historiografia de uma república recém-nascida, a política estadual concomitantemente iria junto num pacote sócio-político que o governador queria; abro parêntese que não somente o Sérgio Loreto tinha interesses no centenário, mas também o próprio instituto, pelas comemorações centenárias e ressignificações da história brasileira, tal comprovação foi no centenário da independência em 1922, não se teve uma comemoração efetiva do IAHGPE, muito menos um número especial da revista do instituto para o tema, como os esforços do instituto era ter seus acontecimentos em solos pernambucanos prestigiados na escrita da história nacional, o esforço todo foi ressaltar o fato de 1817, como a primeira intenção de separação da colônia e ideia republicana, representando este discurso no seu centenário; algumas vezes, esses discursos assumiam a estratégia da sutileza, utilizavam a tática do “silêncio”, ou, mesmo a divulgação daquilo que poderia ser considerado eminentemente “seu”, visando o objetivo de se integrar ao “nossa”, isto é, o referido a “todos” os cidadãos da nação(Gomes, 2009).

Como foi revelado antes no mesmo artigo, alguns deputados apresentaram projetos relacionados ao centenário da Confederação do Equador. As medidas iniciais foram se dirigir ao governo do estado para abrir um concurso nacional, com intuito de criar a “melhor história da Confederação do Equador”, sendo o júri escolhido pelo próprio instituto nas pessoas de 3 historiadores, possivelmente sócios do IAHGPE; nesse concurso o custeamento seria pelo governo do estado, no qual o primeiro lugar seria premiado com cinco contos, e teria 3 mil exemplares publicados, o segundo lugar teria uma premiação de dois contos, como também os não classificados teriam suas obras registradas nos arquivos do instituto, o classificado em primeiro lugar teria sua história apresentada nas exposições do centenário; outra medida foi a criação do monumento, levantada pelo instituto, porém não aconteceu; posto isto, a criação de um busto ao frei caneca foi sugerido com o estado custeando a sua produção; tal como o instituto solicitou a cunhagem de 200 medalhas de bronze para a comemoração do centenário, igualmente o governo do estado requisitou ao governo federal selos

comemorativos da Confederação do Equador, igualmente aos que se teve nos centenários de 1917 e 1922.

Todas medidas apresentadas e sugeridas pelo instituto faziam parte de um esforço maior que regeria todos os centenários comemorados nos anos iniciais da república; das sugestões feitas pelo IAHGPE, somente a construção do monumento não foi colocada em prática, as outras conseguiram êxito no sentido do esforço do instituto pernambucano que como os demais instintos pelo país, não era contrapor-se ao Império, mas reorganizar antigos pressupostos e integrá-los ao novo regime. Até mesmo os símbolos cívicos adotados na República não tiveram a preocupação de ensejar grandes rupturas em relação ao recente passado monárquico. É o caso, por exemplo, da bandeira nacional escolhida para representar a República implantada em 1889 (SILVA, 2020).

Outras medidas que corroboram o esforço político que permeou o estado de Pernambuco, na década de 1920, para a realização do centenário da Confederação do Equador incluem a aprovação, pelo governador do estado, de uma linha de crédito consideravelmente alta para uma comemoração festiva nos moldes da época, tendo os valores chegado a 50:000\$000. Em comparação com anos anteriores em que se comemorou o centenário, não se observaram movimentações ativas e esforços relevantes para celebrar os 99º anos da Confederação do Equador.

2. Itinerário Festivo do Centenário da Confederação do Equador.

Pensar num itinerário para o centenário da Confederação do Equador, não seria somente escolher a cronologia festiva do evento, pois segundo a revista do IAHGPE, foi traçado um roteiro com interesses para abrillantar a festividade e alcançar a massa popular. Os locais pensados que serviriam como destino para a parada militar que abriria as comemorações do centenário, constituíam simbolismos regionais para a população do Recife nos anos iniciais da república; com os locais selecionados a excitação da memória política e ressignificação urbana do Recife, faziam o centenário estar pronto para atender um dos princípios ideais republicanos que a elite germinava, a participação de setores públicos nos assuntos estatais, do mesmo modo que a memória

dos locais que tinham ligações com a Confederação do Equador foram remodelados, moldando a experiência que aquela geração poderia sentir.

A identidade junto da memória política, é centralizada para as realizações da dinâmicas sociais, pois os lugares onde a parada militar percorreram, tinham o intuito de modelar os espaços e as memórias que residiam em seu interior; o itinerário da parada militar tinha o roteiro seguinte: Praça Barão de Lucena, Rua Siegmundo Gonçalves, Praça da Independência, Ruas Duque de Caxias, Do Livramento, Marcílio Dias e Vidal de Negreiros; logo após o roteiro percorrido, a tropa militar se posicionou no local onde Frei Caneca teria sido fuzilado até o fim da missa solene. Os espaços percorridos nos inícios da República, continham problemáticas sociais com a falta de prestígio, dos quais menciono a Praça Barão de Lucena e as demais localidades ao seu redor, que segundo o Diário de Pernambuco e o Diário da Manhã, os registros de assaltos e moradores em condição de rua, desagradavam a circulação da população recifense, como também a falta de urbanização comercial que a localidade necessitava de práticas ativas do estado.

As críticas impactaram o governo do estado, que na oportunidade da comemoração do centenário, percebeu duas oportunidades: a primeira baseava-se na utilização da memória e identidade coletiva, sabendo que a memória é um local de disputas, onde o vencedor seleciona e silencia a partir do seu interesse político, tal como exemplo foram as memória das revoluções de 1817 e 1848(BERNARDES, 2005), fazendo os locais escolhidos se transformarem em laboratórios de memórias que a elite pernambucana queria ressignificar e modelar ao seu interesse; a segunda oportunidade se objetificava na modelação urbana de cada localidade e o aumento do seu prestígio para investimentos comerciais.

Após o encerramento da missa solene e suas festividades, as tropas militares retornaram por outros locais que igualmente não foram selecionados aleatoriamente pelos organizadores do centenário, dentre dos locais menciono a Praça da República, Praça da Independência e inúmeras ruas que tinham importâncias no portfólio urbano e memorial da identidade da cidade do Recife. assim como a própria parada militar que Segundo Gerson Menezes, “desde, pelo menos 1895, a comemoração do 7 de setembro caracterizou-se pelas paradas militares, numa clara intenção de aproximar a festa da República e de romper a identificação entre Independência e Monarquia”(LEDEZMA MENESES, 2012). O que se verá no século XX será uma reconciliação entre as

memórias monarquistas e republicanas em prol do reforço da ideia da unidade nacional (SANDE, 2000).

Deste Modo o itinerário festivo do centenário da Confederação do Equador se engendrava nos objetivos apresentados iniciais apresentados pelo artigo, de associar o evento político que ocorreu em solo pernambucano com a recém formada república, tal como posicionar os centenários na historiografia nacional, demonstrando sua importância de Pernambuco para os ideais republicanos nacionais, concomitantemente o governo de Pernambuco queria reafirmar seus laços interiores, remodelando a memória coletiva através do itinerário festivo e seus locais de tradição, identidade e experiência política.

3. Discurso do Bispo na Missa Campal, Simbolismo e Disputa Política na Cerimônia do Centenário.

A escolha do Largo das Cinco Pontas, local emblemático onde muitos dos confederados foram executados, é carregada de simbolismo. Ao converter o espaço em palco de uma celebração religiosa, o IAHGPE utilizou o evento para legitimar sua posição como mediador da memória histórica pernambucana. A presença de líderes políticos, intelectuais e militares demonstra que a missa não se limitava à esfera religiosa; ela também era uma arena de disputa simbólica pelo controle da narrativa sobre a Confederação do Equador.

Com base nos nomes mencionados nos textos, segue uma tabela com os principais líderes políticos, religiosos e intelectuais que participaram das comemorações do centenário da Confederação do Equador. A tabela organiza os nomes e associa sua participação ou representatividade no evento.

Durante a cerimônia do centenário da Confederação do Equador, diversas figuras políticas, militares, religiosas e culturais participaram do evento, aproveitando-se da ocasião para reforçar suas posições de poder e influência. Entre os representantes do governo e das forças armadas, destacaram-se o capitão Alfredo D'Agostini, que representou o governador do Estado, utilizando o evento para estreitar os laços entre o governo estadual e a memória dos confederados; o capitão Horácio Campello, representando o comandante da região militar e enfatizando o papel das forças armadas na construção da identidade nacional; o tenente Ambrósio de Barros Leite, cuja presença reforçou a importância simbólica das forças militares na narrativa histórica; o prefeito do Recife, Dr. Antônio de Góes, que demonstrou o alinhamento da

administração pública municipal com o discurso patriótico; e seu secretário, Dr. Luiz Cardoso Ayres, que participou ao lado do prefeito para legitimar a gestão administrativa local.

No campo religioso, o evento contou com a liderança de D. Miguel de Lima Valverde, arcebispo de Olinda e Recife, que oficiou a missa campal, simbolizando a união entre a fé católica e a memória histórica pernambucana. Também esteve presente D. José Pereira Alves, bispo de Natal, representando a Igreja Católica de outra região e reforçando a abrangência nacional da instituição religiosa. O cônego Henrique Xavier, presidente da Câmara Estadual, marcou sua participação para destacar o papel mediador da Igreja na relação entre política e história.

Além disso, representantes de instituições culturais e históricas tiveram papel de destaque na organização e legitimação do evento. Entre eles estavam o Dr. Pedro Celso, membro do IAHGPE, e o Dr. Mário Mello, também membro do Instituto, ambos responsáveis por articular o evento com foco na preservação e exaltação da memória confederada. O Dr. Júlio Machado, participante da comissão do Centro Cívico 6 de Setembro, contribuiu com a organização das homenagens, reforçando o simbolismo histórico do momento.

A imprensa também esteve presente, com figuras como o coronel Thomaz Bezerra Cavalcanti, representante do *Jornal do Comércio*, que desempenhou um papel importante na divulgação e no fortalecimento da narrativa histórica; Waldemar de Amorim, do *Jornal do Recife*, responsável por comunicar o evento ao público, ajudando a moldar a percepção coletiva sobre a celebração; e Nicomedes Hartman, do *Diário de Pernambuco*, que garantiu ampla cobertura jornalística, ampliando o alcance da memória pública associada ao evento.

Ainda, a presença internacional foi representada pelo coronel Francisco Pinto, cônsul português, que reforçou os laços entre Brasil e Portugal em um evento de alto simbolismo. Por fim, outros participantes de destaque incluíram o major Sant'Anna Araújo, que desempenhou um papel ativo na organização militar, e o Dr. Oscar Brandão, membro da comissão do Centro Cívico 6 de Setembro, que contribuiu para a exaltação do discurso patriótico e histórico. Esses nomes e suas participações demonstram como o evento foi instrumentalizado por diferentes setores da sociedade para legitimar suas posições políticas, religiosas e culturais no cenário do início do século XX.

Pierre Bourdieu reflete sobre o caráter simbólico das cerimônias como instrumentos de poder. Nesse caso, o evento representou uma luta pelo monopólio da interpretação da história, na qual a Igreja Católica buscou reafirmar sua centralidade enquanto instituição capaz de articular religião e política. A escolha de um rito católico como eixo da celebração do centenário sugere uma resposta às tendências secularizantes do período republicano, reafirmando o catolicismo como componente inalienável da identidade pernambucana.

Os rituais religiosos desempenham a função de consolidar laços sociais e reforçar valores coletivos, servindo como instrumentos de coesão social. A missa campal do centenário exemplifica essa dinâmica ao congregar diferentes atores sociais e políticos em torno de uma narrativa comum: a memória da Confederação do Equador como um marco de resistência e sacrifício pela liberdade. O bispo, ao enfatizar que “nenhuma cerimônia em Pernambuco se realiza longe da religião,” posicionou o catolicismo como elemento fundante da identidade pernambucana, ao mesmo tempo em que resgatou o passado histórico sob uma ótica sacralizada.

A cruz, elemento central do altar e do discurso episcopal, foi transformada em um símbolo de transcendência e reconciliação entre o martírio de Frei Caneca e os ideais republicanos. Nas palavras do bispo, “em vez de um cadafalso, vejo um altar.” Essa afirmação não apenas ressignifica a violência da execução do líder confederado, mas também insere sua memória em um contexto redentor, onde o sacrifício pessoal é elevado a um ato divino e patriótico.

Benedict Anderson argumenta que as nações são “comunidades imaginadas” construídas por meio de símbolos e narrativas compartilhadas. A missa campal, ao combinar elementos religiosos e cívicos, funciona como um dispositivo de construção dessa comunidade imaginada. A integração de líderes religiosos, militares, políticos e intelectuais no evento reforça a ideia de uma unidade simbólica em torno da história pernambucana, enquanto o simbolismo do altar e da cruz sugere uma conexão entre o passado heroico e a continuidade espiritual da nação.

Além disso, a grandiosidade do evento, descrita como uma cerimônia “extraordinária” que literalmente encheu a praça, evidencia o apelo popular do simbolismo religioso na consolidação da memória coletiva. A transformação da execução de Frei Caneca em um ato sacralizado demonstra o poder da Igreja em moldar a percepção pública sobre eventos históricos, criando uma narrativa que conecta sacrifício, liberdade e fé.

A missa campal do centenário da Confederação do Equador exemplifica a complexa interação entre religião, política e memória histórica em Pernambuco. Ao ressignificar o martírio de Frei Caneca como um ato redentor, o discurso do bispo e a celebração em si consolidaram a centralidade da Igreja Católica na construção da identidade pernambucana. O evento, longe de ser apenas uma celebração religiosa, funcionou como um espaço de disputa simbólica, onde diferentes atores buscaram legitimar suas interpretações sobre o passado.

REFERÊNCIAS

1. BERNARDES, Denis. *Memória, Identidade e Poder no Nordeste*. Recife: Editora UFPE, 2005.
2. COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 9^aed. São Paulo: Editora UNESP, 2010
3. MELLO, Evaldo Cabral de. A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 39.
4. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II O Brasil Monárquico. 1º Volume O Processo de emancipação. 2^a ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1965.
5. HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 29
6. MOTTA, Marly Silva da. A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992. p. 26.
7. GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 12.
8. FACTOS DIVERSOS. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 nov. 1920, p. 330.
9. INSTITUTO ARQUEOLÓGICO: A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR . *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 abr. 1921, p. 78.
10. CONGRESSO DO ESTADO. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 mai. 1923, p. 111.
11. SILVA, João. A construção da nacionalidade brasileira: entre tradições e modernidades. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 80, p. 123-145, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbh/article/view/173123>. Acesso em: 09 dez. 2024.
12. SANDE, Noé Freire. O IHGB e os cem anos da Independência. In: A invenção da nação: entre a monarquia e a república. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

13.DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

(Utilizado para a análise da cerimônia como um rito social que reforça a solidariedade coletiva.)

14.BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

(Referência para a interpretação da luta simbólica e da centralização da memória histórica pela Igreja.)

15.ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

(Usado para entender a construção da identidade nacional em torno da fé e da pátria.)

16.BENJAMIN, Walter. *Angelus Novus: ensaios e fragmentos*. São Paulo: Editora 34, 2012.

17.MELLO, Mário; MARANHÃO, Methodio; CAMPELLO, Samuel. Edição comemorativa. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 26, p. 390-397, 1924.